

Karuazu

Um novo grupo indígena surge nos sertões de Alagoas

*Nem todo o sofrimento e perseguição puderam
aniquilar a força desse povo que resiste e luta pelo
reconhecimento a sua cultura*

Jorge Vieira* e Maikel Marques**

Em pleno sertão alagoano, no município de Pariconha, divisa de Pernambuco com a Bahia e distante 330 quilômetros de Maceió, surge um novo povo indígena: os Karuazu, que revelam sua condição perante a sociedade e resolvem lutar pelo reconhecimento de sua identidade étnica e cultural. Eles são um clã originário do povo Pankararu, de Pernambuco, formado por 250 famílias, pouco mais de 600 pessoas.

"Estamos aqui desde o século passado. Quem primeiro chegou foi meu avô, Pantaleão de Araújo, vindo dos Pankararu, de Pernambuco, para trabalhar com um padre do local. Ele era uma mistura de índio e negro e se casou com minha avó, que era índia pura, legítima. Na época, tudo era mato e não havia dono da terra. Ele foi marcando seu espaço e batizou o local de Kazumba", conta o cacique dos Karuazu, Edvaldo Soares de Araújo. Hoje em dia, a terra dos índios se encontra dividida em três povoados: Capim, Campinhos, e Tanque, locais invadidos por latifundiários e onde também residem diversos agricultores.

Foto: Maikel Marques



Pequeno índio comanda dança do toré



Este ano, os Karuazu realizaram, durante a Semana dos Povos Indígenas, uma grande festa para se apresentarem à sociedade e pedir reconhecimento

Longe dos olhares curiosos dos brancos

Mas, se estão há tanto tempo em Alagoas, por que só agora assumem sua identidade indígena? Os Karuazu costumavam celebrar sua tradições e rituais, como as sagradas danças do *toré* e do *praia* em locais distantes de onde viviam. Para não chamar a atenção, durante muitos anos, iam em grupos separados para a aldeia dos Pankararu, em Brejo dos Padres, no município de Tacaratu, em Pernambuco.

Lá se reuniam na mata fechada e, longe dos olhares curiosos de brancos, fazendeiros e latifundiários, acostumados a persegui-los e invadir seus territórios, sentiam-se à vontade para entoar seus cânticos religiosos e celebrar seus rituais. Enfim, podiam vivenciar sua verdadeira identidade.

"Com medo de invasão e até de represálias por parte do chamado homem branco, os Karuazu sempre se esconderam. Somente no ano passado, em julho, tomamos conhecimento de sua existência. Eles procuraram algumas lideranças indígenas e posteriormente alguns missionários do Cimi que trabalham com os povos indígenas da região para serem reconhecidos como índios", explica o assessor jurídico do Cimi, Sandro Lobo.

No início deste ano, a equipe do Cimi foi até a aldeia Kazumba e se reuniu com os Karuazu, com o cacique Genésio Miranda (Geripankó) e o pajé Antônio Francisco dos Santos (Kalankó) para discutir os procedimen-

tos de reconhecimento do povo junto aos órgãos oficiais.

Resistência - Durante palestra na Universidade Federal de Alagoas, Maninha Xucuru-Kariri afirmou que, a dois anos do fim do século 20, os povos indígenas do Nordeste ainda preservam muito de sua identidade cultural, tendo o Ouricuri (lugar sagrado) como principal espaço destinado à prática de diversos rituais. Resistentes, vivem hoje em dia como camponeses. Desenvolvem a agricultura de subsistência, trabalham na zona canavieira ou como diaristas em propriedades rurais. Habitam em casas de tijolos ou taipa e, ao longo do tempo, já sofreram grandes transformações até mesmo nos seus "traços físicos".

Todo esse processo foi deflagrado a partir da chegada dos colonizadores. Para não serem exterminados, os vários povos foram obrigados a viver segundo os costumes europeus, o que contribuiu para a destruição de diversas culturas. E o próprio cacique dos Karuazu é um exemplo do que significou a presença do colonizador nestas terras.

Aos 61 anos, Edvaldo Soares foi mais um entre os milhares de retirantes nordestinos que, sem opções em sua terra natal, um dia migraram para São Paulo em busca de oportunidades. "Lá trabalhei como torneiro-mecânico, mas sofri muito preconceito. Estava sempre sendo testado. Depois da aposentadoria, não agüentei e

vim embora", conta o cacique.

Depois de retornar a Alagoas, em 1996, cacique Edvaldo procurou ajuda de lideranças indígenas para lutar em favor de sua causa: reunir o povo Karuazu. Seguindo conselho do cacique Geripankó, Genésio Miranda, Edvaldo decidiu fazer um levantamento para saber quem era quem na comunidade. "Peguei lápis e papel e fui anotando o nome e a quantidade de pessoas que tinham origem indígena. Descobri 250 famílias, em torno de 600 integrantes do povo", conta.

Outros povos podem surgir - Segundo dados do Cimi, há 20 anos somente dois povos eram reconhecidos em Alagoas, os Kariri-Xocó (Porto Real do Colégio) e os Xucuru-Kariri (Palmeira dos Índios). Por volta de 1979, aconteceu a primeira Assembléia Indígena do Nordeste, na Ilha de São Pedro, em Sergipe. O motivo principal era reconhecer e lutar pelos direitos do povo Xocó, de Sergipe. Isso acabou fortalecendo a luta de outros povos da região e, principalmente, de Alagoas, a também lutarem por seus direitos.

Na época, os povos Tingui-Botó (Feira Grande) e Wassu-Cocal (Joaquim Gomes) sentiram-se, então, encorajados a lutar pelo reconhecimento oficial e pela demarcação de seu território. Em 1985, foi a vez de os Karapotó (São Sebastião) reivindicarem seus direitos. No final daquela década, os



Identidade

Para afirmar de uma vez por todas sua identidade indígena, há anos escondida, os Karuazu, com o apoio das comunidades indígenas, da Igreja Católica e do Cimi, promoveram às vésperas do dia 19 de abril, uma grande festa com a presença de estudantes, professores e representantes da sociedade em geral. O ponto alto da festa foi a dança do toré em conjunto com os outros povos, em confirmação à identidade étnica dos Karuazu.

Com o apoio de lideranças indígenas, como o cacique Geripankó, Genésio Miranda, e Antônio Ferreira e Antônio Francisco, cacique e pajé dos Kalankó, respectivamente, os Karuazu promoveram grande festa na aldeia Kazumba. Sob sol escaldante e em meio à poeira do solo sertanejo, há muito sem uma gota d'água, todos dançaram o toré e também o praiá, além de entoarem seus cânticos religiosos.

Era o momento em que se apresentavam como índios perante a sociedade local que, ao contrário de outrora, agora os aceita e os respeita. Alguns vestiam o praiá, traje confeccionado de croá (fibra extraída do cipó) e de palha de coqueiro e que não pode ser retirado em público, pois seus segredos não devem ser conhecidos e, sim, mantidos intactos. Mas, antes da dança, todos realizam ritual inicial dentro do poró, local cercado de palha e ao qual só tem acesso quem for convidado e, o mais importante, aceito por unanimidade.

Uma missa foi celebrada pelo pároco de Água Branca e Pariconha, Rosevaldo Caldeiras, e teve a participação de mais de mil pessoas, entre os quais professores da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). A missa significou o apoio ao resgate da identidade Karuazu em território alagoano.

O abandono

Mas nem tudo é festa na aldeia Kazumba. "Eles são completamente abandonados pelo poder público. A Funai é totalmente omissa em relação aos índios da região. A situação é de miséria total", denuncia a vereadora do município de Água Branca, Fátima Cavalcante. Ela lembra que fato semelhante ocorreu, em julho do ano passado, quando o povo Kalankó, de Água Branca, e que passa pelas mesmas dificuldades, procurou ajuda para ser reconhecido como índio. "Foi um grande impacto na sociedade local, mas depois todos os aceitaram e os ajudaram", lembra.

Debaixo da palhoça

Em sua maioria analfabetos, os Karuazu contam com apoio de alguns abnegados, como a professora Regina dos Santos, 20 anos. Três vezes por semana ela pega uma condução em Água Branca e vai até um povoado, onde desce e anda a pé durante uma hora até a aldeia Kazumba (distante 10 km de Água Branca) para alfabetizar mais de 50 jovens e adultos. A sala-de-aula fica embaixo de uma palhoça, onde só há dois bancos e um quadro negro. Ao fim do mês, recebe uma contribuição de apenas R\$ 50, de uma família holandesa que ajuda através da igreja.

Mesmo assim, diz-se satisfeita. "Conviver com essa gente significa aprender a cada dia. Fico feliz quando vejo a capacidade deles se desenvolvendo. Eles precisam de ajuda, pois saem de casa muito cedo. É pai, é mãe e filhos, todos juntos em busca de aprendizado", conta emocionada. Ela lembra que nenhum dos alunos sabe quando o Brasil foi descoberto, quem é o presidente da República.

Geripankó foram reconhecidos pelos órgãos governamentais. Ano passado, foi a vez dos Kalankó, de Água Branca, e este ano foi, enfim, reconhecida a identidade étnica dos Karuazu, de Pariconha.

Atualmente, há oito povos indígenas em Alagoas, distribuídos em 11 comunidades, num total de 8 mil índios. Mas, de acordo com missionários do Cimi-AL, há pesquisas que apontam a existência de outros povos, um na zona da mata e outro na região serte-

neja, onde já foram encontrados vários objetos de arte confeccionados por indígenas que vivem como bóias-frias ou camponeses. O território tradicional desses povos ainda não foi demarcado. Apenas os Wassu, Karapotó e Kariri-Xocó têm posse parcial de suas áreas, embora invadidas por fazendeiros, latifundiários, ou por pequenos camponeses.